

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO
Heteronormatividade no âmbito escolar, um estudo de caso**

TAMIRYS CLAUDINO BICA

**Porto Alegre
Novembro de 2018**

TAMIRYS CLAUDINO BICA

SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO

Heteronormatividade no âmbito escolar, um estudo de caso

**Monografia elaborada como
requisito para obtenção de grau de
Licenciado em Ciências Sociais
pela Universidade Federal do Rio
Grande do Sul**

Orientadora: Professora Doutora Rosimeri Aquino da Silva

**Porto Alegre
Novembro de 2018**

AGRADECIMENTOS

À Profa. Rosimeri Aquino da Silva pela orientação durante a execução deste projeto, compreensão, amizade de longa data, referência de valores profissionais e pessoais.

Aos coordenadores e secretaria do curso de Ciências Sociais, pela dedicação nas atividades prestadas.

Aos demais professores do curso de Ciências Sociais Licenciatura em especial a minha orientadora e demais mestres que me inspiraram pelo caminho.

Aos colegas do curso, que de alguma forma me auxiliaram, me apoiaram e estiveram comigo lado a lado.

Aos meus pais Olga e Joel pelo estímulo, amor incondicional, paciência, apoio, amizade, durante todo curso e ao longo da minha vida.

Aos meus amigos Leonardo Meneghini, Lauren Rigo, Adriano Moura que participaram dessa jornada, dedicando seu tempo, apoio e amor durante todo meu percurso acadêmico.

RESUMO

Este trabalho acadêmico baseia-se em um estudo de caso feito durante o período de estágio obrigatório em uma Escola de Ensino Médio - EJA, na zona Leste de Porto Alegre. Neste estudo foram observadas duas estudantes transgênero, pelo período de um ano, descrevendo suas interações com colegas, com a instituição escolar, com os professores, com os funcionários e como as questões de gênero englobam essas relações. Desta maneira busca-se compreender como a heteronormatividade se faz presente nas relações e nos conflitos destas personagens no âmbito escolar. O estudo foi realizado a partir de leituras e conceitos obtidos principalmente das autoras Judith Butler e Guacira Lopes Louro, referências no estudo das questões de gênero.

Palavras-chave: Transgênero, Heteronormatividade, Abjeção, Sociologia, Escola.

ABSTRACT

This academic work is based on a case study carried out into the internship at a School of High School - EJA, in the East zone of Porto Alegre city. In this study two transgender students were observed for a period of one year, describing their interactions with colleagues, the school institution, teachers, employees and how gender issues encompass these relationships. In this way it is sought to understand how heteronormativity is present in the relationships and conflicts of these characters in the school context. The study was based on readings and concepts obtained mainly from the authors Judith Butler, Guacira Lopes Louro, references in the study of gender issues.

Key-words: Transgender, Heteronormativity, Abjection, Sociology, School.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. GÊNERO E SEXUALIDADE: O SURGIMENTO DO DEBATE	8
3. O CASO: COMPREENDENDO AS DIFERENÇAS.....	11
4. HETERONORMATIVIDADE, QUEER E ABJEÇÃO; COMO SE ENCAIXA O QUE NÃO TEM CAIXA?	14
5. COMO A HETERONORMATIVIDADE SE INSTITUI INCLUSIVE SOBRE AQUELES QUE FOGEM ÀS NORMAS DE GÊNERO?	18
6. A INVISIBILIDADE DAS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE	21
7. ESPERIÊNCIA INTERATIVA DOS RESULTADOS PARCIAIS COM PÚBLICO ACADÊMICO	24
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	29
ANEXO I - Comprovantes de aceite do trabalho na 19º Mostra de Pesquisa, Ensino e Extensão do IFRS campus Porto Alegre.	31
ANEXO II - Resumo apresentado na 19º Mostra de Pesquisa, Ensino e Extensão do IFRS campus Porto Alegre.....	32
ANEXO III - Pôster apresentado na 19º Mostra de Pesquisa, Ensino e Extensão do IFRS campus Porto Alegre sob DOI: 10.13140/RG.2.2.29782.91206.....	33

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho surgiu graças a uma inquietação vivida durante meu período de estágio obrigatório no ano de 2016. As aulas de sociologia têm o intuito não apenas de que os alunos tenham conhecimento dos grandes pensadores da área ou entendam suas concepções teóricas, mas principalmente a formação de um sujeito crítico, capaz de questionar-se. Creio que é necessário que o aluno veja na escola não um ambiente de aprendizagem momentâneo, mas algo além, que ele possa levar para fora do ambiente escolar.

Por tentar encontrar temas especificamente relacionados com suas realidades vi a necessidade de um tema específico. As questões de gênero emergiram naturalmente das paredes das escola que fora influente em discussões e brigas que ocorreram durante meu período como professora. Em um caso específico de briga entre alunos, observei que algo se destacou no meu olhar crítico: a influência da heteronormatividade para lidar com duas alunas transgêneros de turmas diferentes.

Apesar de termos a noção de que a heteronormatividade atinge apenas alguns grupos, pude observar que ela atinge todos os grupos mas em níveis diferentes. O que se espera de um indivíduo na nossa construção social permite apenas duas identidades de gênero possíveis: homem ou mulher. Dentro dessa imposição emerge uma enorme gama de decisões e escolhas que partem desde o vestuário de acordo com seu gênero, expressões, formas de agir e falar de acordo com o gênero, até onde você pode ir e como deve ir, de acordo com o seu gênero. Tudo parece tão simples que é naturalizado e ligado diretamente ao sexo biológico, se você nasce com o órgão sexual feminino deve ser uma mulher. Além disso, os outros devem reconhecê-lo desta forma.

Vi a necessidade do olhar neste assunto, porque os debates e embates relacionados a gênero eram latentes e recorrentes. Alunas que contavam suas experiências a respeito de situações de preconceito, em relação às questões de gênero e sexualidade, situações com a família, amigos, colegas, instituições. A heteronormatividade era a única e quiçá principal causa dos embates. Reduzindo superficialmente o conceito nesse primeiro momento, seria uma norma construída e mantida a duras penas, pela nossa sociedade, que é normatizada quase

fantasmagoricamente. Nela se espera que o indivíduo deve ser e se portar de maneira hétero. Se nasci com o sexo biológico masculino, devo me portar e me apresentar como homem e desejar mulheres. Não apenas ser, mas também, parecer. Ao colocar meu olhar por entre esse estudo de caso, vi a Teoria Queer como um instrumento de compreensão de como surgem esses padrões heteronormativos que se produzem e se reproduzem também nos portões das escolas e como a invisibilidade deste assunto traz malefícios através da reprodução de um discurso de violência e preconceito.

2. GÊNERO E SEXUALIDADE: O SURGIMENTO DO DEBATE

Mais do que declarar a importância do estudo de gênero e sexualidade, gostaria de traçar um panorama histórico a respeito das questões de gênero. O que define as diferenças de gênero são as construções culturais de determinada sociedade, isso já sabemos, Todavia, é importante compreender de onde surgem as formulações de gênero que impactaram a sociedade. É a partir das feministas que o debate a respeito de gênero e sexualidade surge (PISCITELLI, 2009). Os aspectos que traziam à tona as questões feministas como desigualdade, dominação masculina, tinham o intuito de mostrar como essas diferenças traçadas e tão marcadas entre homens e mulheres eram da esfera social e não fatores inatos.

Com as guerras, as mulheres começaram a ocupar cargos antes direcionados unicamente para homens, e nessa mudança estrutural surgiu um novo debate a respeito das diferenças reais que existiam entre homens e mulheres. Nessa primeira onda do feminismo, o direito ao voto, participação pública, direito a posses e bens, direitos unicamente de homens durante este período, se tornam as principais reivindicações.

A segunda onda do feminismo, que surge entre meados de 1950, é onde surge o debate claro a respeito de gênero e sexualidade. Se as diferenças entre homens e mulheres parecem ser trazidas por questões históricas, de subordinação, o que afinal é ser homem e ser mulher? Assim gênero passa a ser entendido como uma construção social imposta, que define claramente os papéis a partir do sexo que se define unicamente por fatores biológicos. É nesse período também que as questões das mulheres passam a sair da esfera do coletivo para a esfera pessoal, pois:

O reconhecimento político das mulheres como coletividade ancora-se na ideia de que o que une as mulheres ultrapassa em muito as diferenças entre elas. Isso criava uma "identidade" entre elas. A base para essa identidade inclui traços biológicos e, também, aspectos sociais, efeitos da dominação masculina. A opressão patriarcal estabeleceria uma conexão entre todas as mulheres, através do tempo e das culturas. As feministas afirmaram que todas as mulheres sofriam opressão. Essa afirmação era justificada ao se definir de maneira particular a opressão. Segundo elas, era

necessário prestar atenção às experiências femininas: a opressão incluiria tudo o que as mulheres "experenciasssem" como opressivo. Ao definir o político de tal maneira que acomodasse essa concepção de opressão, toda atividade que perpetuasse a dominação masculina passou a ser considerada como política. Nesse sentido, a política passava a envolver qualquer relação de poder, independentemente de estar ou não relacionada com a esfera pública (...) A famosa proposição "o pessoal é político" foi implementada para mapear um tema de dominação atuante no nível da relação mais íntima de cada homem com cada mulher (PISCITELLI, 2009).

Nesse momento as feministas passam a se preocupar com todas as múltiplas relações de poder existentes em cada esfera social e como elas se dão. É nesse momento também que o debate do feminismo negro cresce. As líderes feministas, autoras, eram majoritariamente mulheres brancas. O racismo sempre latente fazia com que os interesses das feministas negras se diferenciasssem do interesse das feministas brancas. Por exemplo, enquanto as mulheres brancas lutavam pelo direito de não ter filhos, as mulheres negras lutavam pelo direito dos seus filhos não morrerem por serem negros. É nesse momento que:

O conceito de gênero foi elaborado no âmbito da segunda onda do feminismo, por pesquisadoras que procuravam uma ferramenta alternativa aos conceitos e categorias considerados problemáticos. (...) À maneira do paradigma de identidade de gênero, essas aproximações se valeram de uma distinção entre sexo, alocado na natureza e pensado como elemento fixo, e gênero, alocado na cultura e, portanto, variável (PISCITELLI, 2009).

Quando se fala que o gênero é alocado na cultura, portanto variável, falamos que o gênero é construído através de perspectivas culturais de determinada sociedade. Através disso podemos examinar que tipo de comportamento se enquadra nos padrões da nossa sociedade.

Além do movimento feminista, é no final dos anos 70 que o movimento homossexual ganha mais força, também no Brasil. Porém, assim como o movimento feminista, mostrava suas fragmentações dentro do próprio movimento. As mulheres negras e lésbicas tinham necessidades e pautas diferentes dos homens brancos e gays, por exemplo. Cada grupo necessitava de um olhar especial nas suas pautas. (LOURO, 2001)

Com essas fragmentações, formulações teóricas pós-identitárias se tornaram necessárias para abranger todas as pautas e fraturas que ocorriam dentro desses movimentos. Dentro dessas políticas surge a Teoria Queer, teoria na qual fundamento este trabalho.

A construção de gênero atua sobre todo e qualquer indivíduo, desde o momento em que o sexo biológico é informado aos seus pais, e violenta silenciosamente àqueles indivíduos que a esta construção padronizada e binária, não se adaptam ou não se identificam. Quanto mais distantes dos padrões binários de comportamento, em que existem apenas duas categorias, macho que se identificará e expressará o gênero masculino, fêmea que se identificará e expressará o gênero feminino, maior é a violência contra esses sujeitos.

Butler considera que os gêneros masculino e feminino, são uma estrutura binária de gênero dominada de maneira sutil, que não se percebe tal poder, criando assim uma matriz heterossexual, taxando o sujeito de acordo com sua genitália. E este papel começa a ser construído, desde que o bebê está na barriga da mãe, que através de exames descobre o sexo e a família, de acordo com as expectativas começa a preparar o enxoval, conforme o sexo. A frase de Beauvoir, mostra que enquanto o sexo no conceito biológico diz respeito a um atributo anatômico, no conceito de gênero refere-se ao masculino e o feminino como uma “construção social”. (HADDAD e HADDAD, 2017)

Essa norma dada como natural, a heteronormatividade, que implica que o comportamento dos indivíduos devem seguir padrões héteros, de coerência entre desejo, gênero, sexualidade é decretada no momento que o indivíduo nasce e seus pais, por exemplo, escolhem rosa ou azul para cor do quarto, de acordo com o sexo biológico do bebê e mesmo uma atitude como pintar o quarto do menino de rosa, se torna uma atitude transgressora. Os padrões heteronormativos de comportamento atingem a todos, mas é naqueles que não se encaixam dentro dessa “escolha” binária, que se sente com mais intensidade a violência causada pela heteronormatividade.

3. O CASO: COMPREENDENDO AS DIFERENÇAS

Durante meu período de um ano de estágio na Escola Pública de Ensino de Jovens Adultos me deparei com diversas situações em que as questões de gênero eram decorrentes mas o que mais me despertou a atenção foi o caso de duas alunas transgênero de turmas diferentes.

Uma das alunas era de uma turma de segundo ano, Joana¹, e podíamos notar que sua beleza, doçura e feminilidade eram latentes. Não consegui verificar distinção de tratamento entre elas e outras colegas consideradas dentro dos padrões sociais. Joana tinha todos os traços de personalidade, atitude e aparência de qualquer mulher desejável nos padrões estéticos e normativos da nossa sociedade. Quando a mesma me procurou para informar que era uma aluna transgênero, demorei, dentro do meu pré-conceito já enraizado, a ligar a figura que já me havia sido citada em outro momento pela professora responsável pela disciplina de sociologia, e a pessoa que ali se encontrava em minha frente. Nos seis meses em que tive oportunidade de dar aula ela sempre se mostrou interessada, gentil, doce, suas opiniões eram respeitadas e escutadas em sala de aula. Quando Joana sentia necessidade de expressar com ênfase e tomar posições, mesmo que os colegas discordassem, suas palavras eram ouvidas e levadas em consideração. Na sala dos professores seu nome nunca era citado, exceto em alguns casos em que foi citado para elogiar sua aparência ou comportamento que havia melhorado consideravelmente nos últimos tempos.

A outra aluna, Raquel, fazia parte de uma turma de terceiro ano. Raquel, diferente de Joana, causava desconforto com sua presença marcante e excêntrica. Nenhum dos colegas parecia gostar da sua presença em sala de aula. Na sala dos professores haviam sempre críticas à seu comportamento, principalmente a sua aparência que causava mal estar e era considerada vulgar. Raquel não estava dentro dos padrões da norma de beleza, estava acima do peso, usava uma peruca. era careca, sua peruca não parecia um cabelo natural, sua voz era grave e ela tentava deixá-la o mais doce possível, mas ainda sim era possível notar que todos a viam como uma tentativa de “ser uma mulher” e não como uma mulher de fato.

¹ Os nomes dados as alunas são fictícios, respeitando suas identidades verdadeiras.

Quando Raquel falava, ela tentava mostrar a todos o que teria sucesso no futuro, que gostaria de ser desembargadora, e que era capaz de conquistar tudo que almejava. Os outros alunos viam isso como uma atitude arrogante e não aceitavam bem suas palavras em sala de aula. Ela geralmente interrompia os assuntos da aula para falar sobre si mesmo, e eu, enxergava tais ações como uma necessidade de se afirmar diante de um grupo que não a aceitava. Ao mesmo tempo, sempre foi gentil e educada comigo, como sua professora, nunca tive do que reclamar do seu comportamento.

Raquel estava passando pelo processo de transição então seu nome social começou a valer um tempo depois que eu já era sua professora, mas por respeito sempre a chamei pelo nome que ela pediu. Todavia, os demais professores ainda a chamavam pelo nome de registro, os colegas faziam piadas e ela estava sempre em constante julgamento por todos.

Cito essas duas alunas pois tenho como proposta destacar a diferença que existiam entre elas dentro de um mesmo ambiente escolar. Sendo duas alunas transgênero, mesmo diante de todas as dificuldades sociais, emocionais que isso traz numa sociedade claramente preconceituosa, as diferentes formas de tratamento eram visíveis a qualquer um que se propunha observar.

Dois meses antes do fim do meu estágio, Raquel entrou em atrito com outro colega, Rafael, um aluno negro de 22 anos, durante uma aula na qual eu não estava presente. Soube através dos outros professores e depois, através dos alunos, o ocorrido. De acordo com a descrição de todos, Rafael estava falando com outros colegas, e Raquel achou que o mesmo estava falando mal dela, respondeu, e no fim, ambos se agrediram primeiro verbalmente e depois, fisicamente. As agressões que Joana fez, de acordo com os colegas, eram de cunho racista, e de Rafael, de cunho transfóbico. Toda a escola, sem exceção, ficou com raiva de Raquel. Alunos, professores, funcionários tomaram posições contra Raquel, principalmente porque, depois do caso, Raquel decidiu expor as atitudes da escola, colegas e funcionários em uma rede social, contando o quanto se sentia desrespeitada e violentada. O objetivo não é entrar em méritos de quem estava ou não falando a verdade e sim compreender a posição da instituição escolar e seus membros diante de um caso que, a neutralidade, objetividade e responsabilidade seriam o comportamento ideal

de uma instituição. Todavia, ficou claro que as emoções tomaram conta dos portões da escola e o que era uma briga de alunos, virou uma guerra contra uma aluna em especial, Raquel.

4. HETERONORMATIVIDADE, QUEER E ABJEÇÃO; COMO SE ENCAIXA O QUE NÃO TEM CAIXA?

A construção de gênero não é natural, nem dada, é uma construção cultural, porém,

A compreensão de que gênero e sexualidade são culturalmente construídos e não naturalmente dados não é imediata. Gênero e sexualidade, assim como o próprio corpo, parecem simplesmente estar lá, inscritos numa determinada anatomia, numa determinada região do cérebro ou, ainda, em alguma interioridade psicológica inata (SOARES e MEYER, 2013).

Supõe-se, que o indivíduo já tenha nascido com seu gênero e sua sexualidade. O conceito de heteronormatividade parte desta ideia, de que existe apenas duas categorias nas quais o indivíduo pode se encaixar; macho e fêmea. Esse conceito, ao contrário do que parece, recai não apenas sobre indivíduos heterossexuais mas como uma norma social que atinge a todos indivíduos em maior ou em menor grau. Para Judith Butler, a sociedade exige completa coerência entre sexo, gênero e desejo (BUTLER, 1990), ou seja, se você é uma mulher já há um caminho traçado a seguir, você irá se portar de maneira culturalmente feminina, se enquadrando nos papéis sociais já determinados, e se atrairá por homens.

Por esse entendimento, a cultura impõe práticas entendidas como femininas ou masculina, que se chama “performatividade”, excluindo quem não se enquadra nestes comportamentos impostos, para essa princípio Butler denomina “heteronormatividade”. Dessa maneira a identidade não descreve a realidade, é imposta. Para Butler o gênero deveria ser visto como uma variável fluída que se desloca e se transforma em diferentes contextos e períodos históricos, sendo que o gênero e o desejo são flexíveis, e que o confinamento em qualquer identidade pode potencialmente ser reinventado pelo sujeito. (HADDAD e HADDAD, 2017)

Queer não tem tradução no português mas Guacira Lopes Louro tenta defini-lo para que seja possível compreender como surge essa definição. Queer foi usado como xingamento e ofensa a grupos de gays, lésbicas, transsexuais, travestis, e por fim foi adotado pelos mesmos, como forma de se identificar. Queer pode ser

traduzido como estranho, bizarro. “A diferença que não quer ser assimilada ou tolerada”, conforme a autora afirma, é uma das definições possíveis de Queer. É possível destacar o quanto Raquel se transforma no símbolo do que é Queer neste ambiente escolar, enquanto Joana, se transforma num exemplo de mulher, e consegue se encaixar, mesmo com as dificuldades que ser uma mulher transsexual traz, dentro da caixinha do feminino, naquele ambiente, já que não subverte como Raquel o que seria a definição de uma mulher. A Teoria Queer vem em oposição a “heteronormatividade compulsória” da nossa sociedade:

Na medida em que queer sinaliza para o estranho, para a contestação, para o que está fora-do-centro, seria incoerente supor que a teoria se reduzisse a uma ‘aplicação’ Ou a uma extensão de idéias fundadoras. Os teóricos e teóricas queer fazem um uso próprio e transgressivo das proposições das quais se utilizam, geralmente para desarranjar e subverter noções e expectativas. É o caso de Judith Butler, uma das mais destacadas teóricas queer. Ao mesmo tempo em que reafirma o caráter discursivo da sexualidade, ela produz novas concepções a respeito de sexo, sexualidade, gênero. Butler afirma que as sociedades constroem normas que regulam e materializam o sexo dos sujeitos e que essas “normas regulatórias” precisam ser constantemente repetidas e reiteradas para que tal materialização se concretize. Contudo, ela acentua que “os corpos não se conformam, nunca, completamente, às normas pelas quais sua materialização é imposta”, daí que essas normas precisam ser constantemente citadas, reconhecidas em sua autoridade, para que possam exercer seus efeitos. As normas regulatórias do sexo têm, portanto, um caráter performativo, isto é, têm um poder continuado e repetido de produzir aquilo que nomeiam e, sendo assim, elas repetem e reiteram, constantemente, as normas dos gêneros na ótica heterossexual (LOURO, 2001).

Butler trata o aspecto da performatividade, afirmando que todos os papéis de gênero são baseados em performances, e um dos focos da autora no estudo das travestis e transexuais é exatamente destacar o quanto a performance define o gênero e o quanto a subversão dos papéis de gênero, por exemplo, pelas travestis e pelos indivíduos transsexuais, nos mostra a fragilidade da definição dos mesmos. O gênero nada mais é que uma atitude, uma performance social. Essa performance, todavia, se é subversiva, tem um preço alto; o preconceito, a violência.

No filme, “A excêntrica família de Antônia”, uma mulher acolhe um grupo de pessoas exóticas, excêntricas e fora do que é considerado normal. Cada um dos

personagens, feios, com deficiências, velhos demais, gordos demais, magros demais, não se encaixam dentro dos padrões de normalidade. Durante todo o filme esses personagens sofrem violência de diversas formas e a única pessoa que os acolhe é a Antônia, e por fim tornam-se sua família. Conforme afirmam as autoras:

O filme “A excêntrica família de Antonia”, quando exibido para debate em espaços educacionais, seja em escolas de ensino médio, seja em cursos superiores, ainda, a muitos, causa espanto. Uma família excêntrica, adjetivando um solo feminino (pois formado por muitas mulheres) e bizarro, esquisito, esdrúxulo. Pois, nesse filme, uma mulher assume a chefia de um lar no qual são acolhidos muitos dos estranhos e rejeitados da comunidade, numa época (final da segunda guerra mundial) em que esta prática não era comum. Talvez se possa dizer que práticas de hospitalidade (Godbout, 1997; Gotman, 1997) e de acolhimento jamais tenham sido “normais” na modernidade, prevalecendo a hostilidade como padrão ético e a exclusão simbólica como mecanismo de poder. Aos estranhos, aos insanos, aos insensatos, – como lembra Foucault (2002) – restava o “acolhimento” das prisões, dos hospícios, das casas de saúde. (SILVA e RIBEIRO, 2012)

Não há possibilidade de aceitação agradável de outros arranjos familiares que não sejam um padrão branco e heterossexual. Neste filme,

O amor floresce entre casais não convencionais e dotados de estéticas peculiares, insanos apaixonam-se, lésbicas apaixonam-se, velhos apaixonam-se, tudo na primavera! Lá estão eles desfilando diante de nossos olhos afetados pelas normas, os abjetos, os anormais, as subversões de muitas ordens, a provar que amores, desejos e fantasias sempre podem escapar a rigidez dos limites culturais, estéticos, científicos e/ou políticos. (SILVA e RIBEIRO, 2012)

As autoras afirmam que ao apresentar esse filme alunos, o estranhamento, o desconforto foi enorme ao ver pessoas tão fora do padrão se relacionando afetuosamente. É como a descrição da manifestação da abjeção, do corpo que “não deveria existir” pois desagrada aos olhos do espectador.

Mas por que a persistência do espanto? Estudos antropológicos – há longa data – descrevem configurações familiares que destoam do modelo nuclear sobre o qual se apoia a representação de “família estruturada”, constituída pela conjugalidade heterossexual e pelos laços consanguíneos. Talvez o espanto seja porque “A” família nuclear, branca e de classe média, uma velha conhecida, sempre

presente nas propagandas de alimentos, de carros, de imóveis, entre outros, se consolide nos corações e nas mentes com grande eficácia. Tal eficácia contribui para que outros arranjos não possam ser pensados, ou melhor, pensados, quando constituídos, como desarranjos, desajustes, desestruturas, confusão. (SILVA e RIBEIRO, 2012)

Nos filmes de super-heróis, os personagens heróicos são destacados pela sua beleza, amabilidade e claramente demonstram uma postura heterossexual. Já, quando olhamos para os violões, vemos em destaque postura homossexuais, sua aparência física nem sempre é agradável aos olhos e jamais são amáveis, a não ser com aqueles que os acompanham, que são do “mesmo grupo”. É possível exemplificar com um desenho infantil, “As Meninas Super-Poderosas” O vilão da trama deste desenho é chamado por um nome de gênero masculino “Ele”. “Ele” é uma travesti, com uma característica claramente escandalosa e desagradável aos olhos da cidade, além de ter chifres e ser vermelho, lembrando a figura do Diabo.

Retomo Butler ao concluir que a “construção do gênero atua através de meios excludentes, de forma que o humano é não apenas produzido sobre e contra o inumano, mas através de um conjunto de exclusões, de apagamentos radicais, os quais, estritamente falando, recusam a possibilidade de articulação cultural” (BUTLER, 2010)

O diferente, o exótico, por mais que exista aos nossos olhos todos os dias, causa um sentimento comum descrito em diversas expressões de preconceito e espanto citado pelas autoras Silva e Ribeiro, que podem ser resumidos por uma só palavra trazida por Butler; a abjeção. Os corpos abjetos, de acordo com Butler, são aqueles corpos que não deveriam existir em determinada matriz cultural, portanto são ignorados, e a eles é negado sua própria existência social. O corpo abjeto é aquele corpo que causa aos olhos da indiferença; asco, nojo, desconforto. Este corpo desagrada pois não faz parte do modelo do que um corpo deve ser, se portar, existir, portanto a ele cabe o “lugar nenhum”.

À luz desses conceitos pode-se retomar o caso das duas alunas transsexuais. Raquel, claramente tinha uma postura, uma imagem performática que dificultava o enquadramento, o “encaixe” de gênero nas únicas duas possíveis escolhas, ser homem ou ser mulher, portanto, nada mais era que um corpo abjeto.

5. COMO A HETERONORMATIVIDADE SE INSTITUI INCLUSIVE SOBRE AQUELES QUE FOGEM ÀS NORMAS DE GÊNERO?

Antes de responder a esta questão que faço, gostaria de traçar um paralelo entre os termos anteriormente citados. A teoria Queer, é baseada na afirmação de que toda nossa construção de gênero e a forma como nos relacionamos com a nossa sexualidade parte de uma construção social. Na nossa sociedade atual, existem padrões heteronormativos, ou seja, padrões que supõe um comportamento hétero entre os indivíduos.

Dessa forma, os estudos queer se diferenciariam dos estudos de gênero, vistos como indelevelmente marcados pelo pressuposto heterossexista da continuidade entre sexo, gênero, desejo e práticas, tanto quanto dos estudos gays e lésbicos, comprometidos com o foco nas minorias sexuais e os interesses a eles associados. Cada uma dessas linhas de estudo tomaria, como ponto de partida, binarismos (masculino/feminino, heterossexual/homossexual) que, na perspectiva queer, deveriam ser submetidos a uma desconstrução crítica. Queer desafiaria, assim, o próprio regime da sexualidade, ou seja, os conhecimentos que constroem os sujeitos como sexuados e marcados pelo gênero, e que assumem a heterossexualidade ou a homossexualidade como categorias que definiriam a verdade sobre eles. (MISKOLCI ; SIMÕES, 2007)

A heteronormatividade é uma das grandes causas da abjeção. Quando retomo o caso de Raquel questiono o que é mais fácil amar; O mocinho ou o bandido? O feio ou o belo? O comum ou o estranho? Trago essas questões para que possamos entender que definir um padrão significa que tudo que está distante dele não é um caminho a ser seguido.

Joana é feminina, sensível, simpática, bonita, e por mais que seja uma mulher transsexual, ela parece uma mulher dentro dos padrões, e além de sua aparência agradável, sua postura delicada e feminina ousou dizer que é, visualmente mais mulher do que a de outras mulheres que nasceram com o sexo biológico de uma fêmea. Sua postura performática confirma que ela é uma mulher aos olhos de todos portanto a ela, existe um espaço possível de se encaixar naquele ambiente. Portanto,

A identidade de gênero é instituída através da repetição estilizada de atos performativos, e gênero é formado por esta estilização do corpo, ou seja, você teatraliza, através de gestos corporais, falas, movimentos, os papéis e as encenações, dando a sensação de um gênero estabelecido, que está em constante transformação. E, concordando com Beauvoir, reforça que o gênero é construído, não por um “eu” ou por um “nós” necessariamente. A estrutura binária dos gêneros está moldada numa relação de poder, que nem é percebido, neste ponto ela busca Foucault, onde o sujeito é moldado nas relações de poder, a serviço dos interesses reprodutivos. (HADDAD e HADDAD, 2017)

A existência de Raquel incomoda ao olhar. Raquel não tinha a voz de uma mulher, não tinha a postura de uma mulher, nem a aparência de uma mulher. Quando cito isso, obviamente retomo a ideia de que existe um modelo do que é ser mulher de acordo com os padrões sociais. Como é possível que, em uma sociedade baseada em padrões heteronormativos, possamos encaixar uma mulher que não parece mulher aos olhos dos outros e, tão pouco se reconhece como homem?

Tudo está carregado de um padrão heteronormativo. Mesmo alguém que se descobre transsexual, recorre a algumas performances para que possa definir seu gênero e apresentá-lo socialmente.

O gênero não é inscrito no corpo passivamente, nem é determinado pela natureza, pela linguagem, pelo simbólico, ou pela história asoberbante do patriarcado. O gênero é aquilo que é assumido, invariavelmente, sob coação, diária e incessantemente, com inquietação e prazer. Mas, se este ato contínuo e confundido com um dado linguístico ou natural, o poder é posto de parte de forma a expandir o campo cultural, tornado físico através de performances subversivas de vários tipos. (BUTLER, 2011)

Eu respiro, eu falo, eu ando como uma mulher, ou como um homem, e se eu ousar não me definir, sofrerei as possíveis consequências de alguém que não se encaixa; não ter espaço, não ter voz, não ter vez.

E onde a Teoria Queer se diferencia das teorias multiculturais que tem como intenção a apreciação das diferenças na educação?

Uma pedagogia e um currículo queer se distinguiriam de programas multiculturais bem intencionados, onde as diferenças (de gênero, sexuais ou étnicas) são toleradas ou são apreciadas como curiosidades exóticas. Uma pedagogia e um currículo queer estariam

voltados para o processo de produção das diferenças e trabalhariam, centralmente, com a instabilidade e a precariedade de todas as identidades. Ao colocar em discussão as formas como o 'outro' é constituído, levariam a questionar as estreitas relações do eu com o outro. A diferença deixaria de estar lá fora, do outro lado, alheia ao sujeito, e seria compreendida como indispensável para a existência do próprio sujeito: ela estaria dentro, integrando e constituindo o eu. A diferença deixaria de estar ausente para estar presente: fazendo sentido, assombrando e desestabilizando o sujeito. Ao se dirigir para os processos que produzem as diferenças, o currículo passaria a exigir que se prestasse atenção ao jogo político aí implicado: em vez de meramente contemplar uma sociedade plural, seria imprescindível dar-se conta das disputas, dos conflitos e das negociações constitutivos das posições que os sujeitos ocupam. (LOURO, 2001)

A Teoria Queer tem a proposta não apenas de questionar os padrões de comportamento mas compreender porque tais comportamentos são naturalizados. O sujeito diferente não é visto apenas como alguém a ser aceito e respeitado, mas também como parte de uma construção esperada e exigida pela sociedade, que é naturalizada e imposta a todos.

Dentro desse quadro, a polarização heterossexual/homossexual seria questionada. Analisada a mútua dependência dos pólos, estariam colocadas em xeque a naturalização e a superioridade da heterossexualidade. O combate à homofobia – uma meta ainda importante – precisaria avançar. Para uma pedagogia e um currículo queer não seria suficiente denunciar a negação e o submetimento dos/as homossexuais, e sim desconstruir o processo pelo qual alguns sujeitos se tornam normalizados e outros marginalizados. (LOURO, 2001)

É possível entender porque é tão assustador para os sistemas com padrões enrijecidos de comportamento heteronormativo, que suas concepções sejam reformuladas. Isso significaria tirar toda base, toda construção que há por cima desses padrões. A escola, neste caso, se colocaria numa posição de observadora de si mesma, saindo da confortável posição de mera reprodutora de padrões naturalizados e hegemônicos.

6. A INVISIBILIDADE DAS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica².

Em 2017 houve a alteração da Base Nacional Curricular Comum (BNCC). O Conselho Nacional de Educação (CNE) acatou a decisão do MEC e excluiu os termos relacionados à questão de gênero e orientação sexual. Se a base nacional da nossa educação assume a invisibilidade deste assunto, é de se esperar que no ambiente escolar, nos pequenos centros educacionais, esse assunto que é impossível de se tornar invisível, é tratado de diversas formas, variando de acordo com a moral de cada instituição e membro da instituição. A invisibilidade desse assunto também inviabiliza o diálogo com os novos indivíduos que se manifestam, que se apresentam na nossa sociedade. Indivíduos que buscam entrar nos espaços e serem respeitados como cidadãos, como seres humanos não como corpos abjetos, inexistentes, que “não deveriam estar ali”.

Como professora, vejo que a possibilidade de dialogar com alunos a respeito de ideias tão enraizadas e difíceis de se debater como questões de gênero e sexualidade, é ainda mais difícil quando você trabalha com isso apenas no Ensino Médio. Além do mais, trabalhar ou não com este assunto se torna opção pessoal do professor, que pode ignorar a existência de um debate tão urgente dentro dos portões da escola. Optei por dar três aulas durante meu um ano de estágio para cada turma sobre Gênero e Sexualidade e mesmo tendo conseguido resultados positivos em relação a questionamentos que levantamos em conjunto em sala de aula, para desconstruirmos paradigmas tão latentes que nunca haviam questionado. Uma das aulas que dei durante o período de estágio, me baseei em uma ideia de outro aluno da graduação em ciências sociais, pois costumávamos trocar figurinhas para termos novas formas de apresentar o aprendizado aos nossos alunos. Nesta aula dei canetas para eles escrevessem no quadro o que costumavam falar no cotidiano quando estavam irritados, com raiva. Começamos a notar juntos como o

² <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>

machismo, as questões de gênero, o preconceito em relação ao desejo sexual estão latentes nessas ofensas tão comuns. Todavia, haviam alunos, uma minoria, que tinham certo receio e desconforto ao dialogar sobre questões de gênero e sexualidade. Acredito que muitos deles necessitavam de um debate anterior, de um tempo maior de diálogo ou até do que é dialogar, de uma escola que trocasse mais com a realidade social. Uma das minhas grandes críticas, além do curto período dedicado às aulas de sociologia, é a necessidade de um conhecimento anterior, durante os primeiros anos, para que conceitos pré-concebidos em relação ao gênero e sexualidade possam ser ressignificados, remodelados para uma realidade social atual, que permitisse aos sujeitos serem mais sujeitos de si.

Uma análise breve e descomprometida das últimas produções em educação, seja nos periódicos, nos livros ou dos materiais paradidáticos, pode visibilizar o processo que estamos denominando de “ascensão da diversidade”. As mãos coloridas, dispostas em círculo e os agrupamentos de crianças com representantes de diferentes grupos étnico-raciais e de crianças com deficiências unidas sob o título de, por exemplo, “ser diferente é legal” revelam que, de alguma forma, passamos por um processo de absorção e/ou resposta ao agravamento dos conflitos entre grupos sociais de diferentes culturas, etnias e raças e de acolhida às ações, às demandas e aos discursos dos movimentos sociais - negro, feminista, indígena, gay e outros – que reivindicam, há algumas décadas, o reconhecimento social e político dos particularismos étnico-raciais e culturais no interior do quadro nacional. Estes movimentos chamam a atenção para a necessidade de se produzir imagens e significados próprios, combatendo os preconceitos e os estereótipos que foram responsáveis pelo processo de inferiorização e/ou subalternização desses grupos. (ABRAMOWICZ E RODRIGUES, 2011)

Verifiquei no ambiente escolar em que estagiei, que é ausente o debate dentro escola sobre como agir com os alunos fora da norma, fora do padrão social. Todas as decisões produzidas são espontâneas, de acordo com o coletivo que tem poder decisivo naquele ambiente. Não é possível construir uma educação inclusiva se, desde nossas bases educacionais, apenas exclusão e a invisibilidade são alimentadas. O resultado disso é claro:

decisões emotivas e irresponsáveis por parte da instituição escolar, funcionários e docentes.

7. EXPERIÊNCIA INTERATIVA DOS RESULTADOS PARCIAIS COM PÚBLICO ACADÊMICO

Os resultados parciais foram submetidos, aceitos (ANEXO I) e apresentados na forma de resumo e defesa oral do banner (ANEXO III) durante a exposição na 19ª Mostra de Pesquisa, Ensino e Extensão do IFRS campus Porto Alegre no ano de 2018.

Com relação às interações com o público da Mostra, tive a oportunidade de conversar com vários educadores da graduação, educação infantil, ensino médio. O que me alegrou foi a abertura dos professores e professoras em me contar de suas experiências em relação às questões de gênero e principalmente em relação a heteronormatividade como ferramenta de preconceito e segregação dentro das instituições educacionais. Contarei brevemente dois casos que mais me despertaram a atenção.

A professora Um trabalha na educação infantil como professora dos anos iniciais. Contou-me que durante uma aula, pediu para que os alunos desenhassem como se viam para que ao invés de terem o nome no quadro de ajudantes do dia, haveria um desenho representando cada um. Um dos meninos da aula optou por desenhar uma super-heroína bem bonita, feminina e isso foi motivo suficiente para surgir questionamentos e preconceito dos demais alunos com aquele coleguinha. Vendo aquela situação que poderia se agravar, a professora optou por fazer um trabalho sobre gênero, na educação infantil, sensível e criativo. A brincadeira era a seguinte: a turma seria dividida em dois grupos, um defenderia o que é necessário para ser menina e o outro o que era necessário para ser menino. Os alunos traziam questões como “futebol é coisa de menina” e o outro grupo rebatia “Mas tem a Marta, jogadora de futebol” e todos concordavam. Assim diversos argumentos limitantes que eles tinham como o que deveria ser menino e menina foram sendo desconstruídos por eles mesmos. Por fim, eles chegaram a conclusão que a única diferença real entre meninos e meninas seria “fazer xixi em pé”, porque de fato, isso seria bem incômodo para as meninas.

O professor Dois contou-me que trabalha na graduação, com pesquisa e tinha uma cadeirante que havia ficado assim por tentativa de suicídio. De acordo com ele,

ela não foi aceita pelos pais por ser lésbica e não conseguiu se sentir acolhida por onde passou. Nesse momento conversamos sobre a importância do acolhimento por parte do professor, da instituição, da compreensão em relação a diversidade.

Estes relatos me fizeram compreender ainda mais a dimensão que ocupa a heteronormatividade na vida de cada um dos indivíduos e o quanto a clareza deste debate se faz extremamente necessária para alunos que muitas vezes só tem acolhimento no ambiente educacional, quando o têm!

É importante repensar como a nossa educação está auxiliando na diversidade ou reforçando estereótipos e mantendo padrões de preconceito tão desconectados da realidade diversa apresentada. O debate de gênero se faz cada vez mais urgente e necessário.

A partir da década de 1990, a referência à diversidade passou a ser cada vez mais presente no contexto político brasileiro, motivada pela pressão internacional de cumprimento dos acordos internacionais de combate às desigualdades raciais, de gênero e outras, e também por um contexto interno de intensas reivindicações.(ABRAMOWICZ E RODRIGUES, 2011)

Uma das críticas que faço e escutei de maneira recorrente de outros educadores foi que além de não existir investimento viável nem interesse educacional para o estudo gênero e sexualidade nas escolas, os professores devem encarar tanto a instituição que trabalham, quanto os pais, por em muitos momentos não aceitarem que este tema seja trabalhado dentro dos portões da escola. É importante compreender que essa dificuldade transpassa um ambiente específico, e começam na raiz dos projetos educacionais e políticos:

Assim como nas discussões teóricas sobre diversidade, a multiplicidade de apropriações da diversidade expressa as disputas internas e externas ao governo pela definição de projetos educacionais propondo modos distintos de atendimento e resposta às demandas de movimentos sociais no reconhecimento de suas diversidades, o que diferencia um projeto de outro é a defesa do universalismo diverso e a manutenção da coesão nacional ou o reconhecimento de que toda e qualquer política educacional terá de considerar e ser pensada a partir da diferença. Essa disputa tornou-se evidente quando incluímos na análise a destinação orçamentária para estes programas e ações. Nos anos de 2005 e 2006, o

orçamento para essas políticas foi de menos de 1%, considerando o orçamento total do MEC. (ABRAMOWICZ E RODRIGUES, 2011)

A apresentação oral do Banner na 19ª Mostra de Ciência, Pesquisa e Extensão no IFRS juntamente com o debate a respeito da heteronormatividade em ambiente escolar trouxe um complemento enriquecedor para este trabalho. Verifiquei que o estudo de caso tão específico desta monografia foi reforçado, enriquecido e ampliado por outros exemplos nas trocas com estes professores. A importância de trocar informações com outros professores, verificando as dificuldades enfrentadas por cada um, principalmente se tratando de um assunto tão delicado e presente nas escolas, apesar da invisibilidade do debate, traz novas formas do educador lidar com uma questão tão delicada, urgente e de impactante na vida dos alunos.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Porque é necessário falar sobre heteronormatividade? Respondo através de Maria Haddad e Rogério Haddad:

As discussões temáticas acerca da constituição de gênero, sob a luz das ideias de Judith Butler, demonstram os desafios que a constituição de gêneros tem para enfrentar, numa sociedade predominantemente alicerçada na identidade heterossexual, e quem não segue essas regras são estereotipadas e agredidas psicologicamente e fisicamente. Há uma urgência de conscientização de repensar estas estruturas, com intuito desconstruir para algum dia alcançarmos uma sociedade que respeite, as nossas diferenças e as nossas igualdades. (HADDAD e HADDAD, 2017)

A heteronormatividade atua através de padrões excludentes de comportamento. Atinge todos os âmbitos, todos os gêneros, todas as sexualidades. Está riscada no nosso modo de agir, de andar, de falar, de se vestir, de se portar. Toda a mídia que assistimos, os assuntos nos quais falamos, as nossas comparações amplamente repetidas em diálogos cotidianos como “isso é coisa de homem”, “mulher é tudo igual”.

Desta forma, a proposta deste trabalho é trazer essa questão tão naturalizada no nosso cotidiano para o ambiente educacional, através de debates que tornem possíveis o esclarecimento, a compreensão primeiramente de: onde surge o gênero, o que são os padrões de gênero e porque eles são instituídos como naturais, para então prosseguir para temas específicos onde a heteronormatividade atua como ferramenta do preconceito, da invisibilidade.

Problematizar, também, as estratégias normalizadoras que, no quadro de outras identidades sexuais (e também no contexto de outros grupos identitários, como os de raça, nacionalidade ou classe), pretendem ditar e restringir as formas de viver e de ser. Pôr em questão as classificações e os enquadramentos. Apreciar a transgressão e o atravessamento das fronteiras (de toda ordem), explorar a ambigüidade e a fluidez. Reinventar e reconstruir, como prática pedagógica, estratégias e procedimentos acionados pelos ativistas queer, como, por exemplo, a estratégia de “mostrar o queer naquilo que é pensado como normal e o normal no queer”. (LOURO, 2001)

Raquel possivelmente carregará pela sua caminhada traços de violência sofridos em um ambiente que deveria ser acolhedor, educador, motivador, criativo. Violência essa aplicada silenciosamente durante seu período como estudante e, ousou dizer, muitas vezes inconscientemente. Onde só existem padrões binários de comportamento e escolha, quem não seguir esse roteiro, está fora. A importância desse debate nas escolas, com alunos, professores, funcionários é clara: é uma das formas de se chegar a uma educação mais diversa, abrangente e cada vez mais livre de preconceitos.

A escola também se constitui num importante agente nesse campo. Não é apenas nas portas de banheiros, muros e carteiras que se inscreve a sexualidade no espaço escolar. Ela invade por completo essa “praia”. As atitudes dos alunos no convívio escolar, o comportamento entre eles, as brincadeiras e paródias inventadas e repetidas, tudo isso transpira sexualidade. Ao não reconhecer essas múltiplas manifestações, é como se a escola realizasse o pedido, impossível de ser atendido, de que os alunos deixem sua sexualidade fora dela. (SAYÃO, 1997)

Os resultados parciais do trabalho demonstraram ser de grande valia e relevância quando apresentados na comunidade acadêmica. Consegui vislumbrar o quanto falar sobre gênero e sexualidade é um processo que exige coragem, desprendimento daquilo que pensamos que somos, que acreditamos, não só como docentes mas também como indivíduos. É se colocar em situação de vulnerabilidade onde as descobertas ocorrem em conjunto e por todos os lados. Padrões de comportamento tão enraizados na nossa sociedade, no nosso cotidiano, são trazidos à tona, questionados, reconfigurados ou muitas vezes descartados desse novo “eu” que se apresenta.

Vale a coragem de adentrar nesses temas invisibilizados. Coragem necessária para todos que desejam encontrar novas formas de lecionar em contato com toda a diversidade presente nas escolas, pois *“Se a educação sozinha, não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”*.³

³ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. Apresentação de Ana Maria Araújo Freire. Carta-prefácio de Balduino A. Andreola. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOWICZ, Anete e RODRIGUES, Tatiane. *Diversidade e as políticas públicas para educação*. Revista Contrapontos. 2011
- BUTLER, Judith. *Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do sexo*. 2010
- BUTLER, Judith. *Actosperformativos e constituição de gênero*. Um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. In: MACEDO, Ana Gabriela; RAYNER, Francesca (Org.). *Gênero, cultura visual e performance*. Antologia crítica. Minho: Universidade do Minho/Húmus, 2011.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*. 2010
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. Apresentação de Ana Maria Araújo Freire. Carta-prefácio de Balduino A. Andreola. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- HADDAD, Maria e HADDAD, Rogério. Judith Butler: Performatividade, constituição de gênero e teoria feminista. *Revista Enlaçando sexualidades*, 2017
- LOURO, Guacira Lopes. *Corpo estranho: ensaios sobre a sexualidade e a teoria Queer*. Belo Horizonte, 2008
- LOURO, Guacira L. *Teoria queer - Uma política pós-identitária para a educação*. *Revista Estudos Feministas*, 2001
- SILVA, Rosimeri e RIBEIRO, Fernanda. *Façamos justiça as mulheres de famílias excêntricas e aos gays da Faixa de Gaza*. 2012
- MEYER, Dagmar e SOARES, Rosângela. *Corpo, Gênero e Sexualidade*. 3ª edição, Porto Alegre, 2013
- MISKOLCI, Richard. *A Teoria Queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização*. *Sociologias*, Porto Alegre: PPGS-UFRGS, n. 21, 2009
- PISCITELLI, Adriana. *Gênero: a história de um conceito*. *Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009
- SAYÃO, R. *Saber o sexo? Os problemas da informação sexual e o papel da escola*. In: *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1997.

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br>

ANEXO I - Comprovantes de aceite do trabalho na 19º Mostra de Pesquisa, Ensino e Extensão do IFRS campus Porto Alegre.

[19ª MostraPOA] Decisão Editorial Caixa de entrada x



Diego Hepp <linux.eventos@ifrs.edu.br>
para eu ▾

Tamirys Claudino Bica,

Após cuidadosa avaliação de sua submissão, o documento "Sociologia no Ensino Médio: Heteronormatividade no âmbito Escolar" será aceito para ser apresentado na conferência MostraPoA.

<https://eventos.ifrs.edu.br/index.php/MostraPoA/mostrapoa2018/about>

ANEXO II - Resumo apresentado na 19ª Mostra de Pesquisa, Ensino e Extensão do IFRS campus Porto Alegre.

Sociologia no Ensino Médio: Heteronormatividade no âmbito Escolar

Tamirys Claudino Bica, Leonardo Z. Meneghini, Rosimeri Aquino da Silva
(orientadora)

Afiliação: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre/RS -
Brasil/ Licenciatura em Ciências Sociais

tamiryscb@gmail.com, rosimeriaquinodasilva@gmail.com

A construção de gênero não é natural, nem dada, é uma construção cultural, porém, “a compreensão de que gênero e sexualidade são culturalmente construídos e não naturalmente dados não é imediata. Gênero e sexualidade, assim como o próprio corpo, parecem simplesmente estar lá, inscritos numa determinada anatomia, numa determinada região do cérebro ou, ainda, em alguma interioridade psicologica inata”. Portanto supõe-se, que o indivíduo já tenha nascido com seu gênero e sua sexualidade e, nesta suposição há a maneira correta de se portar de acordo com cada uma das suas opções pré-determinadas, ou você é uma fêmea e deverá se portar como uma mulher, ou é um macho e deverá se portar como um homem. O objetivo desse trabalho é descrever os resultados parciais do acompanhamento de alunas transgênero durante o estágio curricular de uma Escola Pública de Ensino Médio - EJA, na zona Leste de Porto Alegre durante o primeiro semestre de 2017. O estudo foi realizado a partir de referências e conceitos obtidos principalmente das autoras Judith Butler e Guacira Lopes Louro. Durante o estágio curricular a aluna Raquel (nome fictício), fazia parte de uma turma de terceiro ano. Raquel causava desconforto com sua presença marcante e excêntrica. Seu comportamento e aparência causavam constrangimento. Ela sofria críticas incisivas por seu comportamento, principalmente a sua aparência que causava desconforto e era considerada vulgar, tanto por discentes como por docentes. Raquel não estava dentro dos padrões da norma de beleza, estava acima do peso, usava uma peruca pois era careca, e sua peruca não parecia um cabelo natural, sua voz era grave e ela tentava deixá-la o mais doce possível, mas ainda assim era possível notar que todos a viam como uma tentativa de “ser uma mulher” e não como uma mulher de fato. Raquel estava passando pelo processo de transição então seu nome social começou a valer um tempo depois que eu já era sua professora, mas por respeito sempre a chamei pelo nome que ela pediu. Todavia, os demais professores ainda a chamavam pelo nome de registro, os colegas faziam piadas e ela estava sempre em constante julgamento por todos. A partir do que foi observado durante o período considerado pode-se dizer que a heteronormatividade atinge todos os âmbitos, todos os gêneros, todas as sexualidades. Ela está riscada no nosso modo de agir, de andar, de falar, de se vestir, de se portar. Toda a mídia que assistimos, os assuntos nos quais falamos, as nossas comparações amplamente repetidas em diálogos cotidianos como “isso é coisa de homem”, “mulher é tudo igual”. Tudo está carregado de um padrão heteronormativo, independente de qual seja minha opção sexual. Mesmo alguém que se descobre transexual, recorre a algumas performances para que possa definir seu gênero e apresentá-lo socialmente.

Transgênero; Heteronormatividade; Escola.

Financiamento/Apoio: UFRGS.

